



## Como tudo começou: Protocolo de Quioto e Acordo de Paris

*A mudança do clima nunca foi um tema tão atual, mas não se engane:*

*essa preocupação não é de hoje!*

Há muitas décadas as discussões a respeito do futuro do meio ambiente têm sido colocadas em pauta nas mais relevantes reuniões com os principais líderes das potências mundiais. Tudo começou em 1972, na **Conferência de Estocolmo**, quando representantes de diversas nações se reuniram para discutir os problemas ambientais em um dos primeiros grandes encontros internacionais sobre o tema. Em seguida, em 1992, o Brasil sediou a **ECO92**, um evento que firmou ações notáveis como o surgimento da Convenção Quadro das Nações Unidas (**UNFCCC**) e a criação da **Agenda 21**, documento ratificado por representantes de 179 países que objetivava a criação de soluções para os problemas socioambientais.

Como resultado dessas ações, foram criadas as chamadas conferências das partes (**COPs**), com a primeira edição ocorrendo em 1995 em Berlim, objetivando promover e facilitar o intercâmbio de informações sobre medidas adotadas pelos países membros para enfrentar a mudança do clima e seus efeitos.

Dentre as COPs realizadas até o momento, podemos pontuar como um acontecimento memorável a **COP 3, realizada em Quioto em 1997**. Nessa conferência, foi criado o **Protocolo de Quioto**, sendo o primeiro tratado internacional com o objetivo de controlar a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. O Protocolo obteve assinaturas de 84 países e vale destacar que as metas de redução de gases poluentes não foram assumidas de forma homogênea entre os países, que foram subdivididos em: **Anexo 1** (38 países industrializados com metas específicas estabelecidas, e os **Não Anexo 1** (46 países que não possuíam obrigações para redução de emissões de GEE, mas que poderiam adotá-las voluntariamente). Ainda, os trinta e oito países que faziam parte do Anexo 1 estabeleceram níveis diferenciados nas metas de redução.

Por exemplo, os países que compõem a União Europeia fixaram uma meta de redução de 8% nos gases do efeito estufa que seriam emitidos, enquanto o Japão estabeleceu esse percentual em 6%. Quando os Estados Unidos aderiram ao protocolo (saíram em 2001), eles se comprometeram a reduzir em 7% suas emissões de GEE. O acordo ainda determinou a redução de 5,2% na emissão de gases do efeito estufa entre 2008 e 2012 em comparação com 1990. Embora o acordo tenha sido prorrogado até 2020, as COPs seguintes foram utilizadas para aprimorar as medidas e deveres dos países participantes do acordo e ainda, levantar demais pautas ambientais. Com o fim anunciado

do protocolo de Quioto em 31 de dezembro de 2020, surgiu a necessidade de criar, novamente, um mecanismo para frear o avanço das mudanças climáticas.

Portanto, somado aos eventos notórios em busca do crescimento sustentável, deve-se salientar a importância da **COP 21, realizada em Paris em 2015**, considerada marcante por ter resultado no **Acordo de Paris**, que teve como objetivo principal limitar o aumento da temperatura média global em relação aos níveis pré-industriais a menos de 2°C, com esforços para limitá-lo a 1,5°C. O acordo prevê que todos os países devem estabelecer **metas nacionais** para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e, a partir de 2023, **revisar e aumentar essas metas a cada cinco anos**.

Além disso, outro aspecto que vale ser ressaltado do Acordo de Paris é a promessa de financiamento para países em desenvolvimento por parte dos países industrializados, com o objetivo de ajudá-los a enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e, dessa forma, a adotar ferramentas e medidas de baixo carbono. Somado aos fatores citados anteriormente, o acordo também destaca a necessidade de cooperação entre os países, incluindo o compartilhamento de tecnologias e conhecimento técnico para colaborarem com o desenvolvimento sustentável.

O Brasil, por exemplo, estabeleceu a meta de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, em relação aos níveis de 2005, e de alcançar a neutralidade climática até 2060. Além disso, o país se comprometeu a restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030 e a aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética para 45% até 2030.

Ao contrário do Protocolo de Quioto, que não foi ratificado por um número significativo de países, **o Acordo de Paris foi assinado por todos os países membros da ONU**, totalizando 195 nações, representando uma sinergia internacional em combate às mudanças climáticas.

As discussões sobre a mudança do clima não se limitam às COPs ou reuniões dos conselhos internacionais. O Acordo de Paris também tem impulsionado a adoção de investimentos responsáveis em empresas que levam em consideração fatores ESG. Os investidores estão, mais do que nunca, interessados em empresas que se comprometem com práticas sustentáveis e que possuem estratégias claras de redução de emissões de gases de efeito estufa. Dito isso, é recomendado que as empresas interessadas em se alinhar com as expectativas vislumbradas no acordo busquem a adoção de práticas sustentáveis, que gerenciem e reportem suas emissões de GEEs, além de se envolverem em estratégias de redução dessas emissões, como planos de mitigação, ou ainda, a aquisição de créditos de carbono.

Nos siga nas redes sociais



**ABIHPEC**  
Associação Brasileira da Indústria de  
Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos